

Alerta Legislação nº 23, de 03 a 08 jun. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.228, DE 6 DE JUNHO DE 2024

Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

DECRETO Nº 12.045, DE 5 DE JUNHO DE 2024

Institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil.

LEI Nº 14.878, DE 4 DE JUNHO DE 2024

Institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências; e altera a [Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#) (Lei Orgânica da Assistência Social).

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 68.577, DE 5 DE JUNHO DE 2024

Institui, junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, o FINACLIMA-SP, e dá providências correlatas.

DECRETO Nº 68.566, DE 29 DE MAIO DE 2024

Institui o Programa SP nos Trilhos e dá providências correlatas.
(...)

Artigo 1º - Fica instituído o Programa SP nos Trilhos, sob coordenação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, visando à estruturação de projetos de transporte de passageiros e cargas sobre trilhos no território do Estado de São Paulo.

(...)

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 63.476, DE 05 DE JUNHO DE 2024

Institui o Fórum Paulistano de Debates da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
07/06/2024 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.230, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Apoio Financeiro com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores com vínculo formal de emprego. <u>LEI Nº 14.881, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 2.854.421.588,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
07/06/2024	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.229, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal que não tenham sido contemplados pela Medida Provisória nº 1.222, de 21 de maio de 2024. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.228, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.
06/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.048, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. <u>DECRETO Nº 12.047, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Cria o Refúgio de Vida Silvestre do Sauim-de-Coleira, localizado no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas. <u>DECRETO Nº 12.046, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 12.045, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil. <u>DECRETO Nº 12.044, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia.

	<u>DECRETO Nº 12.043, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Cria a Assessoria Extraordinária para a COP30, aprova o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão. <u>DECRETO Nº 12.042 DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Cria o Monumento Natural Cavernas de São Desidério, localizado no Município de São Desidério, Estado da Bahia. <u>DECRETO Nº 12.041, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Cidades Verdes Resilientes. <u>DECRETO Nº 12.040, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.
05/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.039, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e remaneja funções de confiança.
04/06/2024 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.227, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Prevê condições para fruição de benefícios fiscais, delega competência para julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, limita a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e revoga hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
03/06/2024	<u>DECRETO Nº 12.038, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.880, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce) e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação infantil apoiadas pela educação especial e a crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento, nos termos que especifica. <u>LEI Nº 14.879, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício.

	<u>LEI Nº 14.878, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências; e altera a <u>Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</u> (Lei Orgânica da Assistência Social). <u>LEI Nº 14.877, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 139, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui a Política de Sustentabilidade da Advocacia Geral da União - AGU Sustentável. CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR → Comitê-executivo de Gestão <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 601, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Anexo IV da <u>Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021</u>. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) → Agência Brasileira de Inteligência <u>PORTARIA Nº 2.091, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece os critérios e procedimentos de ingresso de órgãos e entidades no Sistema Brasileiro de Inteligência como órgãos dedicados, associados e federados. <u>PORTARIA Nº 2.090, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Cria a Câmara Temática do Sistema Financeiro Nacional em colaboração com o Sistema Brasileiro de Inteligência. <u>PORTARIA Nº 2.089, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Cria a Câmara Temática do Sistema de Justiça em colaboração com o Sistema Brasileiro de Inteligência. <u>PORTARIA Nº 2.088, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Cria a Câmara Temática de Atividades Econômicas Estratégicas em colaboração com o Sistema Brasileiro de Inteligência. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SECOM/PR Nº 6, DE 2 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação do selo Brasil Unido pelo Rio Grande do Sul para utilização durante o enfrentamento da calamidade pública, em apoio à reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul.
Ministério da Agricultura e Pecuária	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MAPA Nº 688, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Publica os preços mínimos para o trigo em grãos e semente de trigo da safra 2024/2025.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL <u>PORTARIA SETAD/MCTI Nº 8.228, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006. <u>PORTARIA SETAD/MCTI Nº 8.230, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019. <u>PORTARIA SETAD/MCTI Nº 8.227, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019. <u>PORTARIA SETAD/MCTI Nº 8.226, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006. <u>PORTARIA SETAD/MCTI Nº 8.225, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.
Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 13, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece procedimentos relativos à captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para o apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios criativos.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA MARINHA (CM) → Gabinete do Comandante (GABMAR) <u>PORTARIA Nº 107/MB/MD, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Cria o Esquadrão de Guerra Cibernética e dá outras providências COMANDO DO EXÉRCITO → Comando Logístico (COLOG)

	<u>PORTARIA Nº 225 - COLOG/C EX, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Altera as Normas para Aquisição, Registro, Cadastro e Transferência de Armas de Fogo e a Aquisição de Munições, Insumos, Acessórios e outros produtos controlados de competência do Comando do Exército, aprovadas pela Portaria nº 167 - COLOG/C Ex, de 22 de janeiro de 2024.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 529, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior - CC-Pares. <u>PORTARIA Nº 528, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece prazo para criação de novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância e procedimentos, em caráter transitório, para processos regulatórios de instituições de ensino superior e cursos de graduação na modalidade a distância - EaD. <u>PORTARIA Nº 514, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT. <u>PORTARIA Nº 513, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Comitê de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC do Ministério da Educação - MEC. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MRE Nº 7, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta a operacionalização do Programa de Estudantes-Convênio na modalidade de Graduação - PEC-G e de Português como Língua Estrangeira - PECPLE, de que trata o Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) – Secretaria Executiva <u>RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 458, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação dos Comitês Executivos e Operacionais, bem como as competências específicas e comuns no âmbito da gestão de Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. <u>PORTARIA Nº 459, DE 29 DE MAIO DE 2024</u>

	Altera o prazo para atendimento das diligências iniciais no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 212, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Anexo II da Portaria nº 42, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre os convênios a serem celebrados pelo Inep com os Operadores de Segurança Pública dos Estados para o apoio nas operações logísticas de sigilo e segurança dos exames e avaliações educacionais e os valores máximos a serem repassados, dada a ampliação dos convênios para realização do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), conforme Termo de Execução Descentralizada do MGI.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 899, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece critério para verificar o enquadramento de unidade da Federação na alínea 'a' do inciso I do § 2º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para fins de análise de operações de crédito com a garantia da União realizadas com amparo no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, nos termos da Portaria MF nº 817, de 20 de maio de 2024, e altera a Portaria MF nº 817, de 2024. <u>PORTARIA MF Nº 916, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Define outros itens passíveis de financiamento pelas linhas de financiamento de que trata o art. 47-A da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.140, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento de que trata o art. 47-A da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 74, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 23/18, que divulga a relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário. <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 71, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS. <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 70, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 2/20, que divulga relação de contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviços de transporte de gás natural que operam por meio do gasoduto credenciados pelas unidades federadas.

	SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.196, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 840, de 25 de abril de 2008, para permitir a formalização de processo administrativo fiscal para aplicação da pena de perdimento sobre produtos abandonados em unidades de fronteira terrestre na vigência de estado de calamidade pública.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MGI Nº 3.755, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece diretrizes de avaliação de desempenho individual e institucional e de pagamento de gratificações de desempenho para pessoas ocupantes de cargos públicos efetivos do quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e dos órgãos solicitantes do Centro de Serviços Compartilhados no âmbito da administração direta do Poder Executivo do Governo federal (ColaboraGov). <u>PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU Nº 32, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso, em atenção ao Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e à Lei nº 11.578 de 26 de novembro de 2007. SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DE RELAÇÕES DE TRABALHO <u>PORTARIA SGP/MGI Nº 3.659, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC quanto às medidas de enfrentamento do estado de calamidade pública em consequências de eventos climáticos, relacionadas à atualização cadastral destinada à comprovação de vida das pessoas beneficiárias com endereço residencial no Estado de Rio Grande do Sul. SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL <u>PORTARIA CONJUNTA SGD-SETE/MGI Nº 27, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Dispõe sobre a execução do Projeto de Transformação Digital "SICAR 2.0 - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural". <u>RESOLUÇÃO Nº 18, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho Técnico 02 para acompanhamento e monitoramento do processo emissão da Carteira de Identidade Nacional junto às unidades federativas. <u>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho Técnico 01 para elaborar planejamento estruturado, monitorar atividades e subsidiar decisões da CEFIC. <u>RESOLUÇÃO Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u>

	Institui Grupo de Trabalho Técnico 03 para acompanhamento, alinhamento e compartilhamento dos desenvolvimentos técnicos dos diferentes órgãos integradores e envolvidos na emissão da CIN e integrantes do Serviço de Identificação Civil
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPS Nº 1.400, DE 27 DE MAIO DE 2024</u> Disciplina os parâmetros e diretrizes da operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e destes entre si, em cumprimento da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA PRES/INSS Nº 1.700, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Altera a Portaria PRES/INSS nº 1.685, de 17 de abril de 2024, que dispõe sobre a experiência-piloto para instalação de salas sensoriais e distribuição de kits itinerantes para acolhimento e atendimento de pessoas com transtorno do espectro autista nas Agências da Previdência Social. → Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão <u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.208, DE 29 DE MAIO 2024</u> Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios. (...) Art. 1º Fica aprovado o Livro XI das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina os procedimentos e rotinas relativos ao Serviço Social no âmbito do INSS, complementares à Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022. (...) <u>PORTARIA CONJUNTA DIRBEN-INSS/CRPS Nº 95, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Disciplina os procedimentos a serem adotados pelo Conselho de Recursos da Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social nos processos de recurso administrativo enquadrados no §2º a §4º do artigo 59 do regimento interno do Conselho de Recursos da Previdência Social.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 605, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento antineoplásico oral Olaparibe para o tratamento adjuvante de pacientes adultos com câncer de mama inicial de alto risco HER2 negativo, com mutação BRCA, que foram previamente tratados com quimioterapia neoadjuvante ou adjuvante, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 7º e 8º do art. 10, da Lei nº 9.656/1998. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC)

	<u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 879, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, do mercúrio e do pó para liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em Odontologia <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 878, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 492, de 15 de abril de 2021. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 876, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada nº 413, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre alterações pós-registro e cancelamento de registro de produtos biológicos. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 873, DE 27 DE MAIO DE 2024</u> Estabelece os critérios e os procedimentos para implementação de gerenciamento informatizado da distribuição de numeração de Notificações de Receita e de Talonários de Receituários no território nacional, por meio do Sistema Nacional de Controle de Receituários (SNCR), e dá outras providências.
Ministério das Cidades	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCID Nº 530, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o cronograma para a contratação das propostas selecionadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, de que tratam as Portarias MCID nº 445, 449, 450, 451 e 452, todas de 7 de maio de 2024. <u>PORTARIA MCID Nº 520, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui procedimento de oferta de unidades habitacionais novas ou usadas, em caráter excepcional, pela linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV-FAR, para destinação a famílias que tiveram a unidade habitacional destruída ou interditada definitivamente em decorrência do estado de calamidade pública ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MCID/MF Nº 6, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre limites de subvenção econômica das linhas de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, especificamente para produção ou melhoria habitacional para famílias atingidas por desastres naturais em municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos pelo Poder Executivo federal, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. CONSELHO DAS CIDADES <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA CONCIDADES Nº 2, DE 22 DE MAIO DE 2024</u>

	Aprova a seleção de entidades previstas no art. 5º, § 2º, do Decreto n. 5.796, de 6 de junho de 2006, para fins de composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - CGFNHIS.
Ministério de Minas e Energia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 79/GM/MME, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o aporte de garantia de fiel cumprimento previsto no art. 26, § 1º-L, inciso I, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.212, de 9 de abril de 2024. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 78/GM/MME, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece os procedimentos para o pedido de enquadramento de projetos de minigeração distribuída no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, nos termos do art. 28, parágrafo único, da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDA Nº 21, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova o Plano de Integridade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar referente ao biênio 2024-2025. <u>PORTARIA MDA Nº 20, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Prorroga o prazo de validade das Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>RESOLUÇÃO CD Nº 24, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Aprova a Instrução Normativa nº 142, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, incidentes em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 142, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, incidentes em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências. SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA <u>PORTARIA SAF-MDA Nº 159, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.

	SECRETARIA DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL <u>RESOLUÇÃO Nº 11, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova a destinação de terras públicas federais ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA para a criação do Refúgio de Vida Silvestre (Revis) do Sauim-de-Coleira e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para a regularização fundiária de território quilombola.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 992, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre os instrumentos jurídicos a serem utilizados pelos parceiros do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome na execução do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À POBREZA E À FOME → Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Formaliza a adesão dos Municípios de Castro (AC), Água Branca (AL), Barreirinha (AM), Poções (BA), Palmeirândia (MA), Biquinha (MG), Brumadinho (MG), Carbonita (MG), Gonzaga (MG), Raul Soares (MG), Veredinha (MG), Santo Antônio da Lisboa (PI) e São José do Piauí (PI) ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>PORTARIA SNAS Nº 106, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Torna pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV. SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42/SENARC/MDS, DE 30 DE MAIO DE 2024</u> Estabelece os procedimentos da gestão de benefícios do Programa Bolsa Família e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros a partir das repercussões de pendências no registro de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme previsto pela Portaria MDS nº 897, de 07 de julho de 2023, e pela Portaria MC nº 764, de 13 de abril de 2022.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 154, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova a reformulação do Orçamento-Programa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil, para o ano de 2024. <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 153, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u>

	Aprova a reformulação do Orçamento-Programa e do Plano de Ação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI para o ano de 2024.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA IBAMA Nº 67, DE 24 DE MAIO DE 2024</u> Aprova o II Plano Bianual de Qualidade Ambiental - PlanaQuali para o período de junho de 2024 a maio de 2026, que norteia os ciclos de avaliação de desempenho 20 e 21. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) <u>PORTARIA ICMBIO Nº 1.720, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Institui a Rede de Atendimento a Encalhes e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil - REMAB e suas respectivas Redes Regionais (REMANOR, REMANE, REMASE, REMASUL) (processo nº 02034.000084/2022-33).
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 162, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 61.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 161, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, crédito suplementar no valor de R\$ 700.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 158, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República; dos Ministérios da Defesa, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 584.134.622,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 159, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Ministério da Defesa, e do Anexo da <u>Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024</u>, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no valor de R\$ 64.775.905,00. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 157, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R\$ 64.493.251,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 155, DE 28 DE MAIO DE 2024</u>

	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 1.910.997,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL <u>PORTARIA SOF/MPO Nº 156, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Modifica fontes de recursos e identificadores de uso constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no âmbito dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, e da Saúde.
Ministério do Trabalho e Emprego	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTE Nº 895, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para os empregadores situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, listados no Anexo, alcançados por estado de calamidade pública, reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.094, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Referenda a Resolução nº 1.088, de 21 de maio de 2024, publicada ad referendum do Conselho Curador do FGTS. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.093, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a utilização da Plataforma FGTS Digital para viabilizar a implantação de política pública que visa facilitar e melhorar a concessão de crédito consignado ao trabalhador celetista. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.092, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução CCFGTS nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Planejamento Estratégico do FGTS, para o período de 2020 a 2030. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.091, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Altera indicador estabelecido na Resolução nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprovou o Planejamento Estratégico do FGTS para o período de 2020 a 2030, e define as metas para 2024 dos indicadores sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.090, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova as metas para 2024 dos Indicadores Estratégicos do FGTS, sob responsabilidade da PGFN. <u>RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.089, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova as metas para os indicadores estratégicos do FGTS estabelecidos na Resolução nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Planejamento Estratégico do FGTS para o período de 2020 a 2030, sob responsabilidade do Agente Operador.
Ministério do Turismo	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>RESOLUÇÃO CDE Nº 10, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova 1º Revisão do Orçamento-Programa 2024 da Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

	<u>RESOLUÇÃO CDE Nº 8, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova Manual de Licitações e Contratos da Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 453, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Institui o Projeto Moradia Cidadã no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ <u>PORTARIA Nº 15, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e Outras (LGBTQIA+) em situação de vulnerabilidade social.
Ministério dos Transportes	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 532, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece diretrizes para a prorrogação antecipada das concessões de serviço público de transporte ferroviário. <u>PORTARIA Nº 525, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Aprova o Plano de Integridade do Ministério dos Transportes. <u>PORTARIA Nº 524, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Aprova o Plano de Dados Abertos do Ministério dos Transportes para o biênio 2024/2026.
Banco Central do Brasil (BCB)	ÁREA DE REGULAÇÃO <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 384, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução BCB nº 229, de 12 de maio de 2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco - RWA referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWAC PAD, de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 139, DE 22 DE MAIO DE 2024</u> Regulamenta o processo de admissão de empregados(as) efetivos(as) do quadro de pessoal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), dispõe sobre a Avaliação do Período de Experiência Análogo ao Estágio Probatório e dá outras providências. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) <u>RESOLUÇÃO CFC Nº 1.728, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u>

	Altera, ad referendum do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, o art. 15 da Resolução CFC nº 1.721, de 18 de abril de 2024. <u>NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, REVISÃO NBC 25, DE 18 DE ABRIL DE 2024</u> Aprova a Revisão NBC 25, que altera as seguintes normas: NBC TG 32 (R4) e NBC TG 48. <u>CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO)</u> <u>RESOLUÇÃO CFO-263, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Cria o Exame Nacional de Proficiência em Odontologia.
Ministério Público da União	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO → Gabinete do Defensor Público-Geral Federal <u>PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 688, DE 27 DE MAIO DE 2024</u> (...) Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil reais) ao Orçamento da Defensoria Pública da União para atender a programação constante no Anexo I. (...) MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS → Conselho Superior <u>RESOLUÇÃO CSMPF Nº 231, DE 14 DE MAIO DE 2024</u> Altera os arts. 2º, §§ 2º a 7º, e 3º da Resolução CSMPF nº 229, de 2 de abril de 2024, que criou o Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o Uso de Tecnologias de Informação no âmbito do Ministério Público Federal. → Procuradoria-Geral de Justiça <u>RESOLUÇÃO Nº 324, DE 17 DE MAIO DE 2024</u> Revoga a Resolução nº 238, de 11 de dezembro de 2017, que regulamenta a distribuição, no âmbito do MPDFT, de Incidentes de Assunção de Competência - IAC e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, de competência da Câmara de Uniformização do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, na forma de seu Regimento Interno. <u>RESOLUÇÃO Nº 323, DE 17 DE MAIO DE 2024</u> Dispõe sobre o reconhecimento, por instituição de ensino superior brasileira, de diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras, para fins de registro, averbação ou anotação dos respectivos títulos nos assentamentos ou prontuários funcionais de membros e servidores do Ministério Público, bem como para fins de utilização em provas de títulos em concursos públicos para ingresso na carreira do MPDFT.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
07/06/2024 (Ed. Suplementar)	<u>DECRETO Nº 68.585, DE 7 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 68.371, de 8 de março de 2024, que regulamenta a Lei nº 17.626, de 7 de fevereiro de 2023, que autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado, e institui o Protocolo Mulher Viva no Estado de São Paulo.
07/06/2024	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.400, DE 06 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 - Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, a fim de disciplinar a representação judicial e extrajudicial dos agentes públicos pela Procuradoria Geral do Estado.
06/06/2024	<u>DECRETO Nº 68.578, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Integra Resíduos, sob a coordenação das Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e de Parcerias em Investimentos, e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 68.577, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Institui, junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, o FINACLIMA-SP, e dá providências correlatas.
03/06/2024	<u>DECRETO Nº 68.566, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Institui o Programa SP nos Trilhos e dá providências correlatas. (...) Artigo 1º - Fica instituído o Programa SP nos Trilhos, sob coordenação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, visando à estruturação de projetos de transporte de passageiros e cargas sobre trilhos no território do Estado de São Paulo. (...)
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Atos do Governador	<u>DESPACHO NORMATIVO DO GOVERNADOR, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> No processo SEI 017.00051411/2024-14, sobre imunidade tributária: "À vista da representação da Senhora Procuradora Geral do Estado, decido, em caráter normativo, com assento no inciso XII do artigo 3º e inciso XXIII do artigo 7º, ambos da Lei Complementar n.º 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo), bem como na alínea "b" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal de 1988, determinar que a Administração Tributária se abstenha de exigir o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS na importação de bens por quaisquer entidades religiosas, desde que referidos bens se destinem à finalidade essencial dessas entidades

	e sem prejuízo da fiscalização, posteriormente, verificar tal desiderato."
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, com fundamento na Resolução CC nº 5, de 21 de dezembro de 2017, e no artigo 9º do Decreto nº 68.155, 9 de dezembro 2023, DESIGNA os a seguir indicados para compor a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA da Casa Civil: (...)
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC - Nº 41, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução SEDUC -34, de 14 de maio de 2024 e dá providências correlatas (...) Artigo 1º - Ficam alterados os dispositivos da Resolução SEDUC - 34, de 14 de maio de 2024, na seguinte conformidade: I – os incisos XI, XIII, XIV e o parágrafo único do artigo 9º: "XI - Indicar um representante de turma que o substituirá em seu período de férias e/ou licença/afastamento igual ou inferior a 15 (quinze) dias ou permanentemente, em caso de desligamento do Programa, devendo o indicado atender as seguintes condições:" (...) <u>RESOLUÇÃO SEDUC - Nº 40, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução SEDUC -35, de 14 de maio de 2024, e dá providências correlatas (...) Artigo 1º - Ficam alterados os dispositivos da Resolução SEDUC - 35, de 14 de maio de 2024, na seguinte conformidade: I – o inciso V do artigo 5º: "V- Coordenador Cursista Líder: coordenador cursista indicado pelo Multiplicador para substituí-lo nas ausências ou em casos de desligamento do Multiplicador no decorrer do Programa de que tratam o inciso XII do artigo 8º desta Resolução." (NR) (...) <u>RESOLUÇÃO SEDUC - Nº 39, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a instituição da Olimpíada de Redação do Estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC-SP e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC - Nº 38, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução SEDUC- 4, de 19-1-2024, que dispõe sobre a Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC - Nº 37, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Acrescenta dispositivos à Resolução SEDUC nº 12, de 08-02-2024, que dispõe sobre as funções de Professor Especialista em Currículo e Coordenador de Equipe Curricular e dá providências correlatas → Chefia de Gabinete

	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC/CG/PAD Nº 01, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Institui fluxo de tramitação para os processos administrativos voltados à averiguação de irregularidades e extinção antecipada dos contratos a que alude a Lei Complementar Estadual nº 1.093, de 16 de julho de 2009.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	COMUNICADO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS <u>LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2025</u> O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria da Fazenda e Planejamento, atendendo ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal e suas alterações, convida a participar da Audiências Públicas do Orçamento Estadual para o exercício de 2025. (...) GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>COMUNICADO DE 29-05-2024</u> Esclarece sobre a inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS. SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>COMUNICADO SRE 08, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> (...) AGENDA TRIBUTÁRIA PAULISTA Nº 418 MÊS DE JUNHO DE 2024 (...) → Coordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → → Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>COMUNICADO DICAR Nº 42, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de maio de 2024. <u>COMUNICADO DICAR Nº 41, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28 de junho de 2024 para os débitos de Multas Infracionais de ICMS. <u>COMUNICADO DICAR Nº 40, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28 de junho de 2024 para os débitos de ICMS. <u>COMUNICADO DICAR Nº 39, DE 03 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28 de junho de 2024 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas <u>COMUNICADO DICAR Nº 38, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28 de junho de 2024 para os débitos de Taxas.

	<u>COMUNICADO DICAR Nº 37, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28 de junho de 2024 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD. <u>COMUNICADO DICAR Nº 36, DE 03 DE JUNHO DE 2024</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 28 de junho de 2024 para os débitos de ITCMD e de IPVA. SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL → Coordenadoria da Administração Financeira <u>PORTARIA CAF-G Nº 00013, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> (...) Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de MAIO/2024, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-06-2024 – Celetistas; Dia 07-06-2024 – Pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta do Poder Executivo e Autarquias. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros aos órgãos e entidades do Poder Executivo, da Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 2º da Portaria CAF-G 00010 de 16 de junho de 2023. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 07-06-2024. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>DELIBERAÇÃO CBH-LN Nº 230 DE 26 DE ABRIL DE 2024</u> Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas do Litoral Norte para o exercício de 2024, referente aos valores arrecadados no exercício 2023 e estimados para o exercício 2024.
Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SPI Nº 01/2024</u> O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS - SPI, tendo em vista os termos da 1ª Reunião do Programa de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP, referente à 37ª Reunião Conjunta Ordinária do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - CGPPP e do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED, realizada em 28/02/2023, a Resolução SPI nº 4, de 21 de março de 2023, o artigo 3º, § 2º, item 1, do Decreto nº 67.443/2023, os artigos 18 e 19 do Decreto nº 67.759/2023 e o art. 21 da Lei 14.133/2021, COMUNICA aos interessados que será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação do Projeto de Concessão Patrocinada da prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos das Linhas 11, 12 e 13 do Estado de São Paulo. (...)

Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 20, DE 5 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Resolução PGE nº 28, de 3 de julho de 2019, que dispõe sobre a nova disciplina do Programa de Ajuda Financeira para capacitação de Procuradores do Estado e servidores da Procuradoria Geral do Estado.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 129, DE 4 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o pagamento de valores complementares da produção de cirurgias eletivas, dos 72 procedimentos cirúrgicos cardíacos de maior gravidade e outros procedimentos correlatos, de média e de alta complexidade, realizados nos estabelecimentos de saúde que integram o SUS-SP <u>RESOLUÇÃO SS Nº 127, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Disciplina, no âmbito da Pasta, entre os estabelecimentos de saúde, com ou sem fins lucrativos sobre o atendimento aos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a participação, de forma complementar e integrada à rede psicossocial, de entidades especializadas e dá providências correlatas.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-15/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> Institui o Programa de Professor Sênior e Pesquisador Sênior. <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-12/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> (...) Dispõe sobre a adoção de cotas para candidatos negros (pretos ou pardos) em concursos públicos da carreira de Procurador da Universidade. (...) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-10/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024</u> (...) Aprova o reajuste proposto pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – Cruesp. (...)
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG Nº261, DE 3 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre alterações no Ato Normativo DPG nº 203, de 15 de outubro de 2021, e dá outras providências. (...) Art. 1º O §4º do art. 1º do Ato DPG nº 203/2021 passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 4º A classificação sigilosa somente poderá ser realizada pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, pela Defensoria Pública-Geral ou, para fins do programa de assistência à saúde suplementar

	da Defensoria Pública previsto no Ato Normativo DPG n. 205/2021, pela Coordenadoria Geral de Administração". (NR) (...)
Ministério Público do Estado (MPE)	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.855/2024-PGJ, DE 6 DE JUNHO DE 2024</u> (SEI 29.0001.0229251.2023-77) Regulamenta a atuação do Ministério Público nos processos submetidos a julgamento no Colégio Recursal dos Juizados Especiais do Estado de São Paulo.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
07/06/2024	MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 033/2024 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, em 6 de junho de 2024. Senhor Presidente Tenho a honra de solicitar as dignas providências de Vossa Excelência no sentido de ser devolvido ao Poder Executivo, para reexame da matéria, o Projeto de lei Complementar nº 31, de 2017 , que altera as Leis Complementares nº 724, de 15 de julho de 1993 , que dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado e dá providências correlatas, e nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 - Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. Tarcísio de Freitas GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado André do Prado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.
06/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 403, DE 2024</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de informação adequada sobre a identificação das espécies de tubarão e raia comercializadas com o nome popular de cação pelos supermercados, peixarias, restaurantes e estabelecimentos comerciais em geral.
05/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI 401/2024, DE 05/06/2024</u> Obriga as empresas prestadoras de serviços a disponibilizarem aos consumidores, no primeiro menu de opções, o acesso para falar com um dos atendentes, nos contatos realizados por meio do SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor, no Estado. <u>PROJETO DE LEI 400/2024, DE 05/06/2024</u> Estabelece tramitação prioritária dos processos administrativos para pessoas com deficiência, doença rara ou câncer.

	<u>PROJETO DE LEI 399/2024, DE 05/06/2024</u> Cria o Programa de Atendimento Especializado em Endometriose no Estado. <u>PROJETO DE LEI 398/2024, DE 05/06/2024</u> Institui o Programa de Transporte Público Sustentável no Estado de São Paulo, e dá outras providências.
04/06/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI 395/2024, DE 04/06/2024</u> Inclui as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) nos grupos que têm direito à preferência de fila de atendimento em estabelecimentos públicos e privados no Estado, devendo os estabelecimentos inserirem o símbolo mundial de conscientização do TEA nas placas de atendimento prioritário. <u>PROJETO DE LEI 394/2024, DE 04/06/2024</u> Autoriza o Poder Executivo a estabelecer prioridade no atendimento fonoaudiólogo para pessoas com deficiência da fluência da fala, popularmente conhecida como "gagueira", em determinadas áreas competentes. <u>PROJETO DE LEI 393/2024, DE 04/06/2024</u> Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.
03/06/2024	RESOLUÇÕES <u>RESOLUÇÃO Nº 943, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> <u>Altera a Resolução nº 897, de 20 de março de 2014 e a Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996 e autoriza o desconto da contribuição assistencial sindical em folha de pagamento.</u> PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 32/2024, DE 03/06/2024</u> Altera a <u>Lei Complementar nº 939, de 3 de abril de 2003</u>, que institui o código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 31/2024, DE 03/06/2024</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI 390/2024, DE 03/06/2024</u> Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar contragarantias relativas aos projetos que especifica, altera a <u>Lei nº 17.386, de 14 de julho de 2021</u>, e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI 389/2024, DE 03/06/2024</u> Altera a <u>Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008</u>, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI 388/2024, DE 03/06/2024</u>

	Institui o Programa Estágio SP, de incentivo à concessão de estágio, aprendizagem profissional e monitoria para estudantes do Ensino Médio da Rede Pública estadual, visando a formação técnica e acadêmica, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI 387/2024, DE 03/06/2024</u> Institui a "Semana de Valorização da Vida de Pessoas LGBTI+", incluindo-a no Calendário Oficial do Estado. <u>PROJETO DE LEI 386/2024, DE 03/06/2024</u> Institui o "Dia Estadual de Conscientização sobre a Enterocolite Necrosante", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado. <u>PROJETO DE LEI 385/2024, DE 03/06/2024</u> Autoriza a permanência de até dois acompanhantes às pessoas portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas unidades de saúde das redes pública e privada. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 26/2024, DE 30/05/2024</u> Susta os efeitos do Decreto nº 68.410, de 27 de março de 2024, que "declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis necessários à instalação de unidades administrativas, no âmbito do Projeto PPP Campos Elíseos, no Município de São Paulo, e dá providências correlatas".
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
06/06/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>RESOLUÇÃO Nº 13/2024</u> Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências. (...)
05/06/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 31/2024</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizará no próximo dia 06 de junho, a partir das 14h, no Teatro da UNIP, localizada na Avenida Baguaçu, nº 1939, Parque Baguaçu, em Araçatuba, Ciclo de Debates com os agentes políticos e públicos das cidades abaixo relacionadas (...)
04/06/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 32/2024</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103

	da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal: (...)
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
06/06/2024	<u>DECRETO Nº 63.476, DE 05 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Fórum Paulistano de Debates da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).
03/06/2024	<u>DECRETO Nº 63.464, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Dispõe sobre a reorganização do Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, altera a lotação e a denominação dos cargos de provimento em comissão que especifica e revoga disposições do Decreto nº 45.216, de 21 de agosto de 2004 , e do Decreto nº 61.596, de 20 de julho de 2022 . <u>DECRETO Nº 63.463, DE 29 DE MAIO DE 2024</u> Cria os Planos Setoriais de Transparência e Dados Abertos, bem como regulamenta a Lei nº 17.901, de 11 de janeiro de 2023 , e dispositivos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 , e da Lei nº 16.051, de 6 de agosto de 2014 , no âmbito do Poder Executivo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti
ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>